

Plano de Governo Participativo Municipal

AGORA É A VEZ DO POVO

PT, PC do B, PP, REDE

Morro do Chapéu

Setembro de 2020

SUMÁRIO

1. O MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU
2. EDUCAÇÃO
3. SAÚDE
4. AGRICULTURA
5. CULTURA
6. ESPORTE
7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
8. MEIO AMBIENTE E TURISMO
9. SEGURANÇA PÚBLICA
10. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
11. INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO
12. GESTÃO PARTICIPATIVA E SERVIÇO PÚBLICO
13. NOSSO COMPROMISSO COM MORRO DO CHAPÉU

1. O MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU

Inserido no território de identidade Chapada Diamantina, Morro do Chapéu foi elevado à categoria de município por força da Lei estadual n.º 751, de 08 de agosto de 1909. Localiza-se a 384 km, a noroeste, da capital do estado da Bahia. Possui altitude média de 1.100 m, sendo, por isso uma das cidades mais frias do estado, com temperaturas em torno de 10°C em algumas épocas do ano.

De acordo com dados do IBGE/2019¹, o município tem uma população estimada de 35164 pessoas, com densidade demográfica de 6,12 hab/km², distribuída por 5.774,9 km².

Em sua vasta extensão territorial, Morro do Chapéu abriga diferentes etnias, diferentes climas e atividades econômicas. Como reforça o legislador – por ocasião do construção do documento do Plano Municipal de Educação (PME) –, Morro do Chapéu também se destaca

[...]por belezas naturais, clima tropical e vários pontos turísticos com exuberantes cachoeiras, com destaque a Cachoeira do Ferro Doido conhecida como Monumento Natural servindo mais de estudos geológicos por diversas universidades, também é caracterizada por suas tradições históricas e culturais, que marcaram a formação da identidade do povo morrense e traz um grande legado tanto do patrimônio material como imaterial o que contribui para o registro histórico e quiçá o compartilhamento da nossa cultura na identificação das relações que foram e serão estabelecidas nos diferentes grupos sociais. (MORRO DO CHAPÉU, 2015)².

As potencialidades econômicas – sobretudo com o agronegócio – não indicam que a nossa gente superou as desigualdades socioeconômicas. O turismo – constantemente apontado como potencial gerador de emprego e renda – não é explorado a partir uma política pública de fomento a esta atividade. O acesso à Educação Superior é incipiente – no geral, nossa juventude esbarra na formação de

1 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/morro-do-chapeu/panorama>>. Acesso em 31/08/2020.

2 Para o leitor interessado em um aprofundamento do tema, no Anexo III da lei 1077/2015, encontra-se uma importante discussão sobre características históricas, geográficas e culturais de Morro do Chapéu.

Nível Médio. Enfim, estamos bem distantes de um município acolhedor dos anseios e necessidades da nossa gente.

O **AGORA É A VEZ DO POVO** surge a partir de necessidade de expandir a experiência de mandato coletivo do legislativo para o executivo municipal. No processo de construção do **AGORA É A VEZ DO POVO**, buscou-se identificar, tanto através da escuta da comunidade – através de plataformas on-line – quanto através da pesquisa documental, os anseios da nossa gente, de modo que fosse possível construir um retrato, ainda que aproximado, do atual quadro das principais demandas dos nossos munícipes.

A construção de um projeto de gestão participativa de governo, por natureza, indica que o mesmo deverá organizado a partir da gestão participativa dos processos que envolvem decisões de governo, através de um diálogo cotidiano com a sociedade civil organizada. Nas próximas páginas, indicamos as principais propostas da futura gestão, construídas a partir do processo de escuta da nossa gente.

2. EDUCAÇÃO

A preocupação com uma educação socialmente referenciada e com ampla participação dos atores envolvidos – famílias, estudantes, gestores, professores e sociedade civil –, levou-nos a buscar a construção de um Projeto de Gestão Participativa Municipal em Educação (doravante, PGPME) que contemplasse as demandas do nosso município.

No nosso município coexistem instituições de ensino públicas e privadas, com predominância do primeiro tipo. Segundo dados de 2019, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Morro do Chapéu tem 49 escolas. De acordo com o INEP 63,2 % unidades de ensino (31 no total) estão localizadas na zona rural. Ainda, 10,2% (5 no total) da unidades de ensino pertencem à rede privada e contamos com 4 unidades de ensino estaduais

(o que corresponde a 8,1%). Portanto, subtraindo-se o número de escolas privadas e estaduais, Morro do Chapéu tem 41 unidades de ensino – em sua maioria, localizadas na zona rural. Com relação ao quantitativo de matrículas, por modalidade de ensino, os dados são apresentados na tabela abaixo.

	Matrícula Inicial										Total de matrículas
	Ensino Regular										
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				EJA		
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais		EJA Presencial		
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	
MORRO DO CHAPÉU Municipal Urbana	95	260	260	20	1.058	0	991	52	145	0	2881
Municipal Rural	113	0	383	0	1.429	0	839	70	139	0	2973

Tabela I. Quantitativo de matrículas na rede ensino municipal³. Dados de 2019.

A diversidade da comunidade discente, distribuída em um município com traços culturais heterogêneos, demanda uma análise multirreferencial sobre as atividades de ensino e aprendizagem. Portanto, o currículo a ser construído/praticado em nossas instituições de ensino deve respeitar as características étnicas e socioeconômicas da nossa gente. Mas, afinal, o que é currículo?

O currículo é o elemento que orienta nossas concepções de ensino e aprendizagem. Como principal função, o currículo define o que deve – ou não deve – ser ensinado e aprendido, indicando como se avalia os resultados de ensino e de aprendizagem. Ampliando-se o olhar sobre currículo, é possível perceber sua presença desde a merenda escolar, passando pela estrutura física das escolas, até os resultados de ensino e aprendizagem. A escola, e a formação que resulta dela, é uma consequência do currículo, de atos de currículo. Macedo (2007)⁴, conceitua o que se assume nesse projeto como atos de currículo:

³ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em 20/09/2020.

⁴ MACEDO, R. S. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Chamamos de atos de *currículo* todas as atividades que se organizam e se desenvolvem visando uma determinada formação, operacionalizadas via seleção, organização, formulação, implementação, institucionalização e avaliação dos saberes, atividades, valores, competências, mediados pelo processo ensinar/aprender ou sua projeção. (MACEDO, 2008; p. 38).

Portanto, o currículo não é somente um conjunto de disciplinas. Ele é resultado de intencionalidades formativas, que informa o que são conhecimentos e saberes legítimos a serem aprendidos, que determina a quem compete avaliar os saberes, orientando como as escolas devem ser organizar de modo que sejam capazes de conduzir os processos de ensino-aprendizagem.

Currículo são atos de *currículo*, cotidiano vivido em todas as dimensões do processo de educação do povo, nas relações entre todos e todas que compõem a comunidade escolar – pais, mães, estudantes, servidores do administrativo e servidores docentes. Currículo pode ser responsável por inclusão ou exclusão social, por conduzir uma formação para a emancipação ou para manutenção das desigualdades sociais. O **AGORA É A VEZ DO POVO** deseja uma escola inclusiva, acolhedora, que ofereça educação pública, laica, e de qualidade; uma escola que respeite a diversidade de saberes constitutivos do nosso povo, que dialogue com diferentes matrizes culturais, que tenha os pés em Morro do Chapéu, mas que entenda que os problemas do mundo também afetam a nossa gente e que, portanto, precisamos nos apropriar das matrizes teórico-epistêmicas que as comunidades científicas produziram em várias partes do mundo; o **AGORA É A VEZ DO POVO** escolhe propor uma escola capaz de transformar para melhor a vida da nossa gente.

Para construir educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso investir de forma eficiente e responsável. Nesse sentido, a manutenção e o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem requer uma atenção especial às questões orçamentárias em educação. No Brasil, o financiamento da educação ocorre em

regime de cooperação entre os três entes federados, a saber: União, Estados e Municípios. A Constituição de 1988⁵ estabelece, em seu artigo 212, que

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 2016).

A gestão responsável e transparente dos recursos em educação é fator decisivo para a melhoria das nossas escolas e, por consequência, da qualidade da educação que é ofertada à sociedade. O financiamento da educação do nosso município deve ser definido a partir da leitura coletiva do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo anterior e do levantamento dos recursos disponíveis (em caixa), objetivando o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação. As principais fontes de recursos para a realização das políticas públicas em educação são citadas abaixo:

Transferências Legais:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE -BA)
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

Transferências Constitucionais:

- Salário Educação;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb):

Contrapartida do município:

- 25% de todos os impostos arrecadados pelo município.

Transferências Voluntárias:

5 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. pág.125.

- Plano de Ações Articuladas (PAR);

Por fim, para cumprir o desafio da construção coletiva/participativa de um documento político-pedagógico – como este PGPME –, e que deverá ser capaz de produzir um currículo que transforme a educação do nosso povo, faz-se necessário um diálogo aberto e corajoso entre futuros representantes do executivo e do legislativo, comunidade escolar e comunidade local, de modo que seja possível incluir a diversidade de grupos étnicos e suas experiências. Pensando nisso, diversas plataformas de comunicação foram criadas e as pessoas foram convidadas a participar de encontros com diferentes temáticas em educação. O debate se deu de forma aberta, envolvendo homens, mulheres, juventudes – do campo e da cidade. As sugestões e propostas foram analisadas e debatidas com a comunidade envolvida, sendo divididas em eixos temáticos, possibilitando a análise da viabilidade de cada uma delas.

Durante mais de três meses, pensamos, sonhamos e propusemos um novo modelo de gestão em educação para Morro do Chapéu. Os resultados desse pensar, como propostas, são apresentados a seguir. Para facilitar a leitura, este documento contém uma síntese do PGPME, disponível para download nas plataformas de campanha da chapa **AGORA É A VEZ DO POVO**.

Abaixo, apresentam-se as propostas por eixos temáticos⁶.

Educação Quilombola

- Formação docente continuada com parceria com universidades públicas e pesquisadores da temática racial, identitária e quilombola, africana, a partir de conhecimentos decoloniais e potencializadoras da experiência como elemento fundante na formação das/dos estudantes;
- Possibilitar e auxiliar (em termos metodológicos e materiais) as escolas quilombolas e suas/seus docentes na construção de currículo e materiais

⁶ O eixo temático Políticas de Assistência Estudantil foi incluído ao Desenvolvimento Social, em conjunto com as propostas pensadas em conjunto com as juventudes.

didáticos próprios de cada lugar, não como leque de curiosidades ou folclores, mas como temas que disputam sentido na comunidade e que dialoguem com questões maiores que vivenciamos enquanto município e/ou país;

- Promover processos de participação das mães e dos pais quilombolas quanto ao que almejam como educação para as crianças e jovens, incluindo as dificuldades e desigualdades que enfrentam para acesso às séries seguintes, construção dos currículos e metodologias utilizadas nas escolas quilombolas;
- Garantir a frequência e qualidade do transporte escolar, com vistas a mitigar os longos períodos de ausências que estudantes quilombolas enfrentam;
- Potencializar/constituir as bibliotecas escolares pós-coloniais com autoras e autores negras/negros para consulta e estudo de estudantes e comunidade em geral;
- Agenciar a integração das festividades e comemorações quilombolas, ao calendário escolar, respeitando costumes e necessidades de cada ambiente;
- Tensionar a discussão nas escolas da sede que recebem estudantes quilombolas, (estudantes, professoras/es, diretoras/es, coordenadoras/es), quanto ao enfrentamento ao racismo sofrido pelas crianças e jovens quilombolas;
- Incentivar por meio de capacitação, os servidores para captação de recursos e programas de entidades públicas e/ou privadas que investem na educação quilombola.

Educação Especial

- Garantir formação para os profissionais da educação para o Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Garantir profissionais técnicos - psicólogos, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicopedagogo em parceria com a Saúde e Ação Social- para o atendimento dos/das estudantes;

- Viabilizar/assegurar a articulação entre escola, secretaria de saúde e secretaria de assistência social, para o atendimento das famílias de estudantes com necessidades especiais;
- Garantir salas de recursos ampliadas e equipadas, inclusive no interior do município;
- Ampliar a acessibilidade das instituições de ensino para o atendimento da comunidade escolar;
- Garantir política pública do transporte escolar para os alunos com deficiência na sede e interior;
- Garantir materiais didáticos e pedagógicos.
- Criar o Fórum Municipal de Educação Especial, como espaço de fomento às políticas públicas municipais.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- Mapeamento e diagnóstico da situação da EJA do município, perspectivando a construção de um plano municipal de alfabetização;
- Ofertar formação profissional no âmbito das escolas da EJA;
- Elaborar uma proposta curricular específica para a EJA, de acordo Base Nacional Comum Curricular;

Educação Infantil

- Fazer um diagnóstico das creches municipais – na sede e no interior – e estabelecer ações para recuperá-las, ou construindo novas unidades, quando necessário;
- Ofertar alimentação escolar adequada, capaz de atender as demandas nutricionais, a partir de parcerias com a agricultura familiar;
- Propor, respeitando a previsão orçamentária, a presença de assistente de estudantes na educação infantil;

- Formação continuada para os profissionais da educação que trabalham com a educação infantil;
- Expansão da oferta de vagas, com jornada integral gradativa, de modo que aumente o atendimento para as crianças de zero a três anos em creche e 100% para as crianças de quatro a cinco anos em pré-escola;
- Melhoria da qualidade dos serviços que são essenciais para o bom desenvolvimento, mobiliário adequado, material didático, jogos pedagógicos, biblioteca e brinquedoteca;
- Garantir equipe multifuncional para Educação Infantil com vistas a cuidar de forma integral de todas as crianças;
- Melhoria na estrutura física das escolas de Educação Infantil na sede e no interior do município.

Ensino Fundamental

- Proporcionar a formação continuada de professores e professoras que atuam no Ensino Fundamental, de modo que seja possível a introdução da literatura e da arte produzida em Morro do Chapéu no currículo escolar;
- Implantar, como projeto piloto, no segundo ano de gestão, escolas em tempo integral;
- Garantir a completa alfabetização até o final do quarto ano do Ensino fundamental;
- Melhorar os indicadores de qualidade de ensino, com prioridade para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ dos anos finais do Ensino Fundamental;
- Fomentar e apoiar a realização de feiras científicas escolares e intercâmbio estudantil;

7 Dados de 2019 indicam que o IDEB dos anos finais da rede municipal de ensino é 3,9, bem abaixo da projeção para este mesmo ano, estimada em 4,6. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>. Acesso em 20/09/2020.

- Criar, em parceria com o Governo do Estado, as Escolas Culturais⁸;
- Investimento gradativo em fanfarras para escolas, estabelecendo parcerias com a Sociedade Filarmônica Minerva e a Sociedade Filarmônica Lira Morrense;

Educação do Campo

- Criar e implantar políticas públicas de Educação do Campo;
- Garantir dentro dos Conselhos Municipais, que tratam das questões educacionais, uma cadeira para as comunidades quilombolas;
- Desenvolver uma proposta pedagógica e de organização para as Escolas do Campo;
- Realizar formação do coletivo de profissionais das Escolas do Campo, *in loco*, com objetivo de construir possibilidades do trabalho pedagógico com os princípios e matrizes da Educação do Campo;
- Realizar um trabalho vinculando a escola à produção da vida da comunidade;
- Promover o consumo de alimentos agroecológicos na alimentação escolar, política de inclusão social com a participação dos agricultores e da comunidade escolar;
- Descentralizar os recursos da alimentação escolar para que as escolas possam comprar diretamente dos agricultores familiares envolvidos no projeto;
- Realizar encontros formativos com merendeiras, professores, pais e estudantes construindo um novo paradigma de alimentação escolar, elaborado coletivamente pela unidade escolar e comunidade;
- Realizar, em parceria com a Secretaria de Agricultura ou Centro Territorial de Educação Profissional - CETEP, visitas técnico-pedagógicas às propriedades produtivas;

8 Informações sobre as Escolas Culturais podem ser obtidas em <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=164>.

- Realizar anualmente o Seminário de Educação do Campo;
- Elevar a escolaridade de jovens e adultos em consonância a um projeto de desenvolvimento sustentável do campo a partir da organização e expansão da oferta da modalidade educação de jovens e adultos, anos iniciais e finais do ensino fundamental;
- Estabelecer parcerias com programas das redes Federal e Estadual que ofertam formação continuada para os trabalhadores/trabalhadoras rurais e alunos da EJA;
- Reformar as escolas do campo com recursos do PAR ou recursos próprios;
- Promover à inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo, disponibilizando computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.
- Desenvolver gradativamente os modelos de escolas sustentáveis, através de mandalas de produção, captação, tratamento e reutilização da água, uso de energias renováveis e aproveitamento das técnicas de manejo da agricultura familiar nas estratégias de ensino e aprendizagem.

Orçamento em educação

- Garantir uma gestão financeira eficiente;
- Elaborar em conjunto com os Conselhos: Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho do CAE a agenda dos “Cem Dias”, definindo as relações de providências para iniciar o ano letivo;
- Fazer diagnóstico quanto ao:
 - ✓ levantamento do número de professores e demais trabalhadores concursados em Educação;
 - ✓ levantamento das condições físicas das escolas para atender ao quantitativo de estudantes matriculados, verificando a acessibilidade da arquitetura escolar e considerando a

necessidade de adequações sanitárias, condições hidrossanitárias e elétricas dos prédios, ou seja, seus equipamentos e infraestrutura em geral;

- ✓ levantamento da disponibilidade de mobiliário escolar e de material de apoio didático;
 - ✓ levantamento da situação do livro didático, da alimentação escolar e do transporte escolar;
 - ✓ levantamento das condições das escolas urbanas e do campo no que diz respeito à limpeza, segurança, acessibilidade,.
- Relacionar todos os programas e projetos executados e em execução sob a gerência da gestão anterior, incluindo convênios e contratos, bem como processos relacionados à prestação de contas;
 - Criar a Comissão de Fiscalização e Recebimento dos materiais adquiridos pela Secretaria e pelas escolas nas gestões anteriores.

Transporte Escolar

- Fazer um levantamento das rotas, as escolas atendidas e quantidade de estudantes transportados;
- Fazer o levantamento da frota do transporte escolar e do estado de manutenção em que se encontram, propondo a ampliação da frota (quando necessário).
- Após realizar levantamento, planejar ações e a logística de atendimento ao transporte escolar.
- Assegurar o transporte de qualidade para a Educação Infantil com um profissional para cuidar destas crianças no percurso escola/casa, garantindo a sua segurança;
- Garantir a oferta ininterrupta do transporte escolar dos estudantes da rede municipal de ensino, ampliando a oferta para a rede estadual – respeitando,

inclusive, seu calendário próprio, em parceria com a Secretaria Estadual de educação;

- Zelar pela qualidade do serviço prestado, ofertando um frota de veículos em boas condições de segurança e higiene.

Infraestrutura das escolas

- Criar a Comissão de Fiscalização e Recebimento para acompanhar e verificar o inventário de Bens móveis e imóveis, com o objetivo de fazer o levantamento das necessidades e a busca das condições adequadas de trabalho;
- Fazer o Levantamento da Situação Escolar - LSE que tem como objetivo detectar as necessidades de reforma e ampliação de prédios escolares e de aquisição de mobiliário e equipamento;
- Adequar os espaços escolares às necessidades sanitárias e aos protocolos de higienização dos espaços coletivos e individuais (estudantes, professores, demais profissionais);
- Implantar programa de inclusão digital e adequação tecnológica das escolas;
- Fazer um levantamento das condições do laboratórios de ciências e informática, de maneira que seja possível propor melhorias e/ou ampliações.
- Criar o sistema de bibliotecas públicas, em parceria com a comunidade, incentivando o hábito da leitura;

Alimentação Escolar

- Incentivar a agricultura familiar com vistas a aumentar o desenvolvimento municipal, criando mecanismos para a compra institucional direta da agricultura familiar para o cumprimento do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), de acordo Lei Federal 11.497/2009;

- Ampliar gradativamente a compra direta com a agricultura familiar, para além do percentual previsto na Lei 11.497/2009;
- Oferecer alimentação de qualidade e variedade para todos os educandos, respeitando sua cultura e as necessidades nutricionais;
- Adequar o quadro de nutricionista de modo que seja possível atender à quantidade de escolas;
- Fortalecer a parceria com o Conselho de Alimentação Escolar para a eficácia no controle da execução do programa;
- Apresentar regularmente a prestação de contas do recurso destinado ao programa de alimentação escolar;
- Capacitar os profissionais responsáveis pelo recebimento, armazenamento e produção da alimentação escolar;
- Construir e/ou adequar refeitórios nas unidades de ensino;
- Garantir a articulação do PNAE com a secretaria de saúde, garantido a análise, sugestão e acompanhamento de nutricionistas sobre o cardápio da alimentação escolar.

Valorização dos profissionais da educação

- Atualização do Plano de Carreira e remuneração do Magistério Público Municipal;
- Implantar a gestão democrática nas redes de ensino, por meio de lei municipal, inclusive prevendo a eleição direta para as direções escolares;
- Estabelecer parcerias com universidades e institutos federais, com vistas à oferta de formação continuada para os profissionais de educação;
- Constituir plano de carreira para todos os profissionais da educação, de maneira a cumprir exigência da Lei Federal nº 11.738, a fim de promover a

valorização do magistério e, conseqüentemente, a elevação da qualidade dos serviços prestados em educação.

- Unificação de todos os profissionais em educação do município (merendeira, porteiro, vigilante, motorista, auxiliar de serviço gerais, assistente e agente administrativo) no Plano de Carreira dos Profissionais de Educação;
- Garantia de reajuste dos vencimentos dos professores e coordenadores pedagógicos do município de acordo com o índice de reajuste adotado anualmente pelo governo federal, em consonância com a Lei do Piso Salarial Nacional no 11.738/2008;
- Elaboração de cronograma de concessão de Licença Prêmio dos profissionais em educação do município, com número de licenças definidas já a partir de 2021, levando em consideração critérios estabelecidos pela gestão em comum acordo com a APLB Sindicato;
- Adoção de medidas preventivas e de tratamento com relação ao estado de saúde dos nossos profissionais em educação;
- Construção de um Sistema Educacional Inclusivo no município, garantindo professor de apoio nas salas de aula regular, quando estas tiverem alunos que necessitam de auxílio na alimentação, mobilidade ou higiene pessoal; a quantidade máxima de 25 alunos nas salas de aula regular que tenham alunos com Necessidades Educacionais Especiais, construção das Salas de Recursos Multifuncionais em todas as escolas contempladas pelo Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, bem como tornar os ambientes escolares do município acessível para todos;
- Adequação de todos os professores e coordenadores pedagógicos nas devidas referências da tabela de vencimentos do Magistério local;
- Garantir a disponibilização dos contracheques nos locais de trabalho do servidor;

- Garantir coordenadores pedagógicos por unidade escolar/área do conhecimento;
- Assegurar a lotação dos profissionais em educação nas suas respectivas unidades escolares, sendo permitida a transferência por critérios estabelecidos na Lei do Estatuto do Magistério Público Municipal;
- Garantir uma comissão de avaliação e acompanhamento do Plano de Carreira;
- Assegurar formação continuada para todos os professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental que lecionam em comunidades quilombolas, indígenas e do campo com conteúdo específico às etapas e modalidades;
- Promover de forma gradativa a nucleação para as escolas do campo, que apresentem redução na matrícula em cada ano de curso, considerando a legislação vigente para comunidades quilombolas e indígenas;
- Implantar e implementar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e inovação das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização plena e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- Consolidar o uso das tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino, inclusive a utilização de recursos educacionais abertos, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as);
- Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e ampliar até o final da década, a relação computador–aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- Adequar todas as unidades de ensino com acessibilidade de acordo com os padrões do MEC;

- Garantir em parceria com os entes federados a formação, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de mandato, e garantir a todos(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
- Efetivar o Fundo Municipal de Educação e ampliação progressiva do investimento público em educação;

Ações para gestão a participativa em educação

- Diálogo permanente com o Conselho Municipal de Educação e com as organizações estudantis constituídas;
- Criação de uma base de dados capaz de destacar as principais ações da Secretaria de Educação do município, a ser publicizada em plataforma virtual da própria secretaria;
- Eleições diretas para gestores escolares;
- Audiências públicas para tratar de temas relacionados à educação escolar;
- Criação de grupos de diálogos com a comunidade escolar, de modo a mapear os problemas e apresentar as soluções, considerando as sugestões e alternativas oferecidas pelas famílias em conjunto com os profissionais da educação.
- Realização da Conferência Municipal de Educação.

3. SAÚDE

A melhoria nos serviços públicos de saúde passa obrigatoriamente pela humanização do atendimento, desde a recepção nas unidades básicas de saúde, primando pelos princípios básicos da prevenção, acompanhamento, tratamento e

recuperação. O serviço será aperfeiçoado e realizado com zelo e o devido respeito que o cidadão morrense merece.

O trabalho terá como foco a qualificação e melhoria dos modelos de atenção à saúde básica, realizando programas essenciais para a criança, a mulher, o homem e a melhor idade, com atendimento acolhedor e integral.

Dessa forma, o grande objetivo é estabelecer a ampliação e sustentabilidade de ações eficientes, focando na gestão de qualidade que garanta uma Saúde Pública que atenda às necessidades da população. Dentre as propostas de trabalho, destacamos:

- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Saúde, democratizando o controle social no território de saúde do município;
- Implementar redes de assistência à saúde (saúde mental, psicossocial, do idoso, urgência/emergência e pacientes portadores de necessidades especiais) com adoção de linhas de cuidados e protocolos de atendimento;
- Manter equipes de atendimento das ESF's (Equipes de Saúde da Família) com cobertura de 100%, expandindo os atendimentos em conjunto com todos os programas preconizados pelo ministério da saúde;
- Ampliar as ações de saúde na área rural do município;
- Assegurar o transporte no deslocamento dos usuários acometidos com doenças crônicas e de tratamentos contínuos em outros municípios
- Disponibilizar um local adequado para embarque e desembarque de pacientes que necessitam de atendimento especializado em outros municípios (TFD);
- Renovar a frota da Secretaria Municipal de Saúde;
- Ampliar os convênios e rever Programação Pactuada Integrada (PPI) para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e ambulatoriais;
- Ampliar o modelo de assistência farmacêutica e de insumos;
- Revitalizar sempre que necessário as unidades de saúde;

- Criar o conselho municipal de políticas públicas sobre drogas;
- Abrir, em parceria com municípios vizinho, a discussão sobre a implantação de um Centro de Tratamento para Dependentes Químicos;
- Firmar parceria com o Centro de Zoonoses, com vistas à proteção da vida e da saúde dos animais;
- Fortalecer a Rede de Saúde Mental e ampliar o atendimento a dependentes químicos;
- Garantir e melhorar o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada;
- Aprimorar a Rede de Urgência e Emergência, com expansão das pactuações para melhoria nos serviços de atendimento móvel de Urgência/SAMU, UPA, Prontos-socorros e Centrais de Regulação, articulada às outras redes de atenção;
- Promover a atenção integral à saúde da mulher, dos idosos e da criança com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade;
- Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas e estímulo ao envelhecimento ativo;
- Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde;
- Contribuir à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde, dando ênfase à consolidação do plano de carreira, cargo e vencimento, bem como a realização de concurso público na área da saúde;
- Intensificar as ações de combate ao Aedes Aegypti, Chagas, Schistosoma Mansoni, de acordo com o plano de contingência municipal, com a manutenção de veículo exclusivo para setor de endemias;

- Construir outros Pólos da Academia da Saúde, com parceria do Estado e Governo Federal;
- Garantir às crianças recém-nascidas do município teste da orelhinha e do olhinho através de parceria com instituições competentes;
- Implantar o programa de atendimento domiciliar a pacientes acamados e doentes crônicos pela equipe multiprofissional (Programa Melhor em Casa);
- Fortalecer a parceria com o governo do estado para regularizar e garantir o fornecimento de medicamentos de alto custo;
- Ampliar o atendimento dos pacientes diabéticos com a estruturação no fornecimento de aparelho e tiras reagentes para o controle da doença;
- Garantir o acesso dos usuários ao fornecimento de próteses dentárias mediante necessidade e critérios de avaliação preconizados pela Secretaria de Saúde Municipal;
- Manter o Centro Médico de especialidades e ampliar o quadro de Especialistas, evitando o custo no transporte para atendimento em municípios vizinho;
- Acessibilizar o deslocamento de uma equipe para a coleta e para prestação de serviço de exames laboratoriais, visando o alcance de toda população;
- Melhorar frota de veículos da Secretaria de Saúde Municipal;
- Manter e ampliar oferta de medicamentos da Farmácia Básica;
- Garantir o desenvolvimento dos programas de atenção básica à saúde bem como as coberturas vacinais;
- Expandir o Programa de Saúde Bucal com a contratação de cirurgiões dentistas, aumentando a oferta de vagas para tratamento;
- Garantir o funcionamento do Programa de Planejamento Familiar;
- Ampliar as especialidades de atendimento ao público da Academia da Saúde (professor de dança, nutricionista, dentre outros);
- Aquisição de equipamentos para realização de atividades físicas;

- Implantar o programa de educação continuada para os profissionais de saúde;
- Reimplantação da casa de apoio em Salvador para melhor acolhimento dos pacientes em tratamento;
- Acompanhamento Psicológico de crianças e adolescentes nas escolas em parceria com a Secretaria de Educação;
- Concretizar parceria com os municípios limites no atendimento das urgências e emergências com o objetivo de dar maior dignidade aos pacientes, melhorar a assistência e reduzir o número de óbitos;
- Aquisição de ambulância de suporte básico em cada unidade de saúde da família garantindo o atendimento às urgências, considerando a extensão territorial do município;
- Manutenção do contrato com o Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, garantindo assim a assistência hospitalar;
- Na rede de Urgência e Emergência, fortalecer o funcionamento do SAMU 192 e a efetivação da UPA 24hs, buscando a resolutividade da política regional de urgência e emergência junto aos municípios pactuados;
- Humanização do parto e puerpério com a implantação da casa de parto, seguindo as normas preconizadas do ministério da saúde.

4. AGRICULTURA

De acordo com dados com a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia, a agricultura ocupa o terceiro lugar em geração de emprego em Morro do Chapéu⁹. Com uma diversidade climática bastante peculiar, nosso município tem um grande potencial para transformar a agricultura em um vetor econômico – com destaque para a produção de uvas, morangos, hortaliças. Por um

9 Indicadores Municipais/Morro do Chapéu. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/formularios_internet/consulta/informacoes_municipais.wsp. Acesso em 20/09/2020.

manejo um agrícola que seja sustentável – economicamente e ambientalmente – apresentamos nossas principais propostas:

- Acompanhar as pesquisas e Estatísticas , produzidas oficialmente pelo IBGE, visando organizar a produção bem como a oferta de produtos para o comércio, procurando através de assistência técnica e extensão rural, fazer com que os agricultores e agricultoras familiares possam absorver e ter acesso às novas técnicas para o aperfeiçoamento dos índices de produtividade, levando em conta a sustentabilidade;
- Criação de banco sementes;
- Criação de um laboratório de análise de solos;
- Mapear quantitativamente e qualitativamente produções já em curso, observando a regularidade de oferta para planejar escoamento e comercialização;
- Buscar ampliar a diversidade de oferta dos produtos agrícolas produzidos em Morro do Chapéu, a partir da análise técnica sobre a viabilidade de culturas agrícolas;
- Em parceria com CETEP – Morro do Chapéu para formar os nossos jovens, filhos(as) dos (as) agricultores (as), para o empreendedorismo agrícola familiar, de modo a garantir a relação de pertencimento e identidade com o campo;
- Debater manejos sustentáveis nas comunidades, bem como o uso de trações mecânicas próprias e as formas adquiri-las;
- Fomentar o debate e a capacitação dos agricultores(as) para que se organizem em associações e/ou cooperativas, de modo que possam responder às demandas dos mais variados mercados;
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS);

- Implantação do Serviço Inspeção Municipal, para o fortalecimento das cadeias produtivas do leite, do abate animal de pequeno de perto e do mel;
- Fomentar e fortalecer – em parceria com o CETEP, universidades estaduais e universidades federais – a extração sustentável de frutos oleaginosos (babaçu e licuri) e de frutos nativos (umbu, cambuí e araçá);
- Ter uma Secretaria de Agricultura dotada de orçamento capaz de manter uma estrutura técnica e física para atender as demandas e articulações das ações.
- Mapeamento, fortalecimento e ampliação das agroindústrias;
- Estimular a cultura agrícola da uva e do morango, considerando sua relevância devida aos fatores naturais como o solo, o relevo e o clima, que favorecem o seu cultivo, além de ter potencial para desenvolvimento local e regional, quer seja no turismo ou na comercialização destes produtos.
- Fortalecer e ampliar as iniciativas de feiras dos grupos de produção de orgânicos e agricultura familiar.
- Realizar conferências sobre segurança alimentar para debater o uso sustentável dos recursos naturais, ações de promoção e acompanhamento em saúde e nutrição e a política nacional de uso de agrotóxicos;
- Desenvolver, em parceria com o Governo do Estado, programas de melhoramento de rebanhos;

5. CULTURA

O município de Morro do Chapéu sempre foi conhecido como *cidade das flores e da cultura*. O esteio da cultura na Chapada Diamantina! Infelizmente, em virtude do abandono por parte dos governantes, nossa cultura representada por vários segmentos, foi adormecendo e, hoje, nossa gente sente a falta de políticas públicas que incentivem e fortaleçam o movimento cultural morrense,

proporcionando de forma democrática o acesso a todas as camadas sociais. A seguir, apresentamos nossas propostas para a cultura morrense:

- Resgatar festejos tradicionais, grupos, espaços e manifestações artísticas culturais;
- Mapear movimentos, espaços e grupos esquecidos promovendo possibilidades e fomentando o retorno das atividades das mesmas, tais como Micareta, Festival de Inverno, Semana Cultural, Centro Cultural Professora Judith Arlego, Ternos de Reis e Festival de Presépio;
- Formatar projeto de Lei de Incentivo Cultural Municipal;
- Formatação de proposta que será enviada à câmara de vereadores para apreciação de uma lei que incentive, com deduções fiscais e contrapartidas do executivo municipal, empresas locais a patrocinarem eventos e atividades artísticas culturais do município;
- Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura;
- Oferecer as condições necessárias para o funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, propor junto ao Governo do Estado projetos pelo programa FAZCULTURA destinando recursos arrecadados para o Fundo Municipal de Cultura, realizar constante mapeamento cultural no município, formatar o plano de cultura com reavaliações periódicas através de conferências realizadas anualmente, integrar Morro do Chapéu no sistema estadual e nacional de cultura;
- Criar pasta de economia criativa na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – responsável por pensar propostas de desenvolvimento socioeconômico das atividades culturais do município, como por exemplo o turismo comunitário, além de auxiliar artistas locais em cadastros e captação de recurso através de editais e chamadas públicas a nível estadual e nacional;
- Criar projeto transversal entre secretaria de saúde e de desenvolvimento e assistência social para fazedores de cultura;

- Identificar grupos e agentes culturais em situações de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo aos mesmos consultas médicas, psicológicas, e quando necessário auxílios referente a alimentação, a fim de garantir a preservação de manifestações e patrimônios culturais;
- Promover intercâmbio constante entre sede e municípios de Morro do Chapéu, oferecendo condições para troca de conhecimento bem como apreciação e visibilidade de manifestações artísticas culturais de cada local;
- Preservar a memória e patrimônio artístico cultural do município, através de ações em parceria com a secretaria de educação, oferecendo aos estudantes estudos sobre o município e suas manifestações, bem como a criação de um museu municipal.
- Elaboração de mecanismos para que grupos e agentes culturais possam acessar recursos do fundo municipal de cultura, através de chamadas públicas, editais de fomento, premiações, aquisição de bens e serviços culturais, possibilitando acesso democrático ao Fundo Municipal de Cultura, estabelecendo critérios para descentralização (como exemplo, cotas para o interior do município e comunidades tradicionais).

6. ESPORTE

Reconhecendo o esporte como um direito que precisa ser garantido a cada cidadão e cidadã e a partir de uma construção coletiva por pessoas ligadas ao esporte e lazer do Município de Morro do Chapéu estando colocando-o dentro do conjunto das principais políticas públicas, a fim de oferecer mais qualidade de vida, além de uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano.

Jovens, adultos e idosos de nossos dias, carentes de valores éticos e morais encontram no esporte incentivo a essas conquistas aliadas a sentimento de

cooperação e amizade. Ante estas necessidades, propomos desenvolver políticas públicas no âmbito da Iniciação Esportiva, Esporte de Alto Rendimento de Atividade Física e de Lazer, para serem aplicadas em todo o território de abrangência do Município. Envolvendo todos no desafio de efetivar uma política duradoura, que traga resultados positivos na vida de toda a população morrense. É preciso planejar para fazer acontecer.

A seguir, destacam-se as propostas para o esporte de Morro do Chapéu:

- Elaboração de calendário anual incluindo todas as modalidades, para que possamos ter uma organização de modo a possibilitar o apoio e acompanhamento por parte da gestão municipal e também da iniciativa privada;
- Propor Lei Municipal para criação do Bolsa Atleta para apoiar os atletas de alto rendimento com *ranking* em todas as categorias;
- Fomentar os projetos de Escolinhas de Esportes, através de edital público com valores preestabelecidos, atendendo assim projetos da sede e do interior em todas as modalidades;
- Ofertar infraestrutura para prática de esportes ao ar livre (ciclismo, caminhada, corrida, etc.);
- Desenvolver ações de modo a ofertar coberturas em quadras e ginásios de esportes;
- Incentivar a prática esportiva nas escolas, com realização de competições intercolegiais e olimpíadas escolares;
- Fomentar a criação do Conselho Municipal de Esportes;
- Estimular a valorização dos profissionais dos esportes;
- Criação e manutenção de praças esportivas e recreativas na sede e no interior;
- Campanha de estímulo para prática de atividades físicas, com um olhar especial para a melhor idade;

- Estruturar e utilizar o espaço do estádio municipal para outras atividades de esporte diversas;
- Capacitações de arbitragem para dar aula em escolinhas em várias modalidades esportivas (handebol, basquete, vôlei, futsal e futebol, etc);
- Criação o projeto “Bom na Escola, Bom no Esporte” envolvendo todas as escolas do município, de modo a incentivar a prática esportiva;
- Construir bicicletários em pontos estratégicos da cidade;
- Desenvolver ações para conscientização e cooperação para preservação do meio ambiente, em atividades para as trilhas, passeios de motocicletas, cavalgadas, argolinhas, etc;
- Apoiar a formação de seleção que represente a cidade nas diversas modalidades (handebol, basquetebol, voleibol, futsal e futebol);
- Proporcionar alternativas de inclusão dos esportes radicais e de aventura urbano e na natureza, tais como: *parkour*, *slackline*, *skate*, corridas de aventura, escalada *indoor*, voo livre, etc;
- Promover a acessibilidade aos equipamentos, mediante oferta de rede física adequada, e viabilizar programas de esportes e lazer para inclusão das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento e o crescimento de um município estão diretamente ligados à geração de emprego e renda. Diante disso, é preciso fomentar esses mecanismos para buscarmos estratégias de aumento da oferta de emprego e da renda para os nossos munícipes, possibilitando por meio de parcerias com a iniciativa pública e privada, ampliar os investimentos apoiados no desenvolvimento e no crescimento econômico sustentável das nossas famílias.

A seguir, destacamos nossas principais propostas:

- Capacitar nossos empreendedores, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) – sistema S;
- Qualificar a nossa mão de obra, possibilitando aos nossos trabalhadores e trabalhadoras o acesso à vagas de emprego em empresas que porventura venham a ser instaladas no nosso município;
- Estabelecer parcerias com os empresários de Morro do Chapéu, garantindo um programa de primeiro emprego para a juventude;
- Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) garantindo o acesso à alimentação e o incentivo a agricultura familiar;
- Fomentar a atividade econômica, estimulando a circulação de riquezas em nosso município, de modo a fortalecer nossa economia gerando emprego e renda;
- Garantir à microempresa (ME), ao microempreendedor individual (MEI) e empresa de pequeno porte (EPP) as condições previstas na Lei Municipal 981/2012;
- Fortalecimento dos empreendimentos solidários no cultivo de flores e plantas ornamentais, através de cursos e intercâmbios;
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico reunindo representações empresariais e sindicais;
- Garantir a adesão e permanência nos consórcios públicos territoriais, para fortalecer ações infraestrutura, gestão e desenvolvimento econômico;
- Ofertar capacitação e orientação técnica, especialmente, para microempreendedores;
- Mapear e simplificar os mais variados processos, desenvolvendo mecanismos para auxiliar no registro e na legalização das empresas;

- Promover a participação dos pequenos empreendedores individuais nas compras públicas, levando em consideração as dimensões de sustentabilidade econômica, ambiental e social;
- Promover orientação das pequenas e microempresas no sentido do conhecimento das linhas de crédito existentes para auxiliar no incremento da produção;
- Organizar com os empresários da cidade, na área de comércio, serviços, entretenimento, artesanato e gastronomia, promoções que estimulem o consumo de produtos da cidade, ao menos, nas principais datas comemorativas;
- Explorar os nossos pontos turísticos, melhorando as estradas e acessos e qualificando os nossos guias;
- Apoiar os nossos agricultores qualificando-os através de cursos nas mais variadas cadeias produtivas que envolve a agropecuária morrense, com vistas à melhora na qualidade dos nossos produtos e com respeito ao meio ambiente;
- Aumentar os nossos cursos técnicos, a partir do mapeamento da demanda de mão de obra especializada, qualificando nossos estudantes para sua inserção em vagas de emprego que demandam formação técnica;
- Estabelecer parcerias com os empreendedores do setor de energias renováveis visando a geração de emprego e renda;
- Fomentar as atividades artístico-culturais como um mecanismo de geração de emprego e renda;

8. MEIO AMBIENTE E TURISMO

Turismo e meio ambiente constituem um dos eixos mais importantes do nosso programa de governo. Em Morro do Chapéu, é possível encontrar uma vasta diversidade de atrativos naturais, como cachoeiras, cânions, cavernas e

biodiversidade. Também é notória a potencialidade arqueológica do município, com vários sítios de arte rupestre, cerâmica tupi e ferramentas líticas.

Na agricultura, mantém-se vivas as tradições e o manejo mais sustentável da terra a partir do modelo familiar, ainda que em grande proporção tenham se perdido as conexões mais sagradas dos povos originários. Comunidades tradicionais e camponeses, carregam os traços da agricultura ancestral, a vivência real com a Terra, e neles está a esperança de restaurar a relação identitária, harmônica dos seres humanos com o planeta e, numa escala local, com a fabulosa natureza de Morro do Chapéu.

Diante de todas as problemáticas apresentadas, desse processo histórico de destruição de nossa ancestralidade ecológico-cultural, que culminou nessa desvinculação com a terra, propomos soluções coletivas para sanar e/ou amenizar as mazelas que travam o nosso desenvolvimento e o tornam insustentável ambientalmente. Defendemos que pelas bases da agroecologia e do turismo como vetores de crescimento, podemos preservar e desenvolver as potencialidades econômicas de Morro do Chapéu. Destacamos, a seguir, as principais propostas:

- Desenvolver estratégias de fiscalização e proteção ao Meio Ambiente, garantindo o cumprimento da legislação;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Programa Municipal de Educação Ambiental;
- Propor a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- Atualizar a legislação Municipal de Proteção ao Meio Ambiente;
- Estabelecer parcerias com o Estado e a União para a recuperação de nascentes e matas ciliares;
- Fortalecer e implantar, quando for o caso, os programas de coleta seletiva e produção de compostagem com resíduos orgânicos;

- Criação de câmara técnica capacitada dentro da Secretaria de Meio Ambiente, em parceria com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, para tratar de licenciamento e autorização de empreendimentos;
- Criação de praças funcionais, arborizadas, com espaços para o lazer, esporte e atividades educacionais.
- Fomentar o ecoturismo e o turismo de aventura, através da promoção de Morro do Chapéu e de seus atrativos, organização de trilhas, roteiros, estruturação de pontos turísticos, pesquisa e definição de áreas relevantes para a prática das atividades supracitadas ;
- Estabelecer uma relação de parceria com as instituições, associações, empresas, empreendimentos eólicos e a sociedade civil organizada para alavancar o turismo local.
- Apoiar e fomentar a Criação de Associações Comunitárias com direcionamento para as questões ambientais e turísticas do entorno das comunidades tradicionais, além, da agricultura familiar com ênfase nas práticas agroecológicas, com capacitação em guia de turismo para os associados, de acordo as potencialidades de cada região onde estas estão inseridas, de modo a fortalecer o turismo rural e de base comunitária;
- Fomentar a agricultura orgânica, agroecologia, implantar sistemas agroflorestais, incentivar a produção de artesanato, bebidas e doces artesanais, preparando as comunidades para receber visitantes, para guiar, informar, vender suas comidas caseiras, alimentos frescos, hospedagens, *camping*, dentre outros.
- Fomentar o turismo religioso, histórico e cultural;
- Fomentar o turismo gastronômico e o enoturismo;
- Possibilitar aos estudantes da rede municipal de educação a oportunidade de vivenciar o contato com a natureza, ao visitar os atrativos turísticos, conhecendo a biodiversidade, formações geológicas, sítios arqueológicos e

história local de forma prática, dinâmica, a partir da organização de sequências didáticas com as temáticas meio ambiente e turismo.

- Incluir a educação ambiental e patrimonial na formação dos professores e no currículo educacional do município;
- Expandir a perspectiva do turismo científico-pedagógico para aumentar a recepção de universidades e outras instituições de ensino e pesquisa no município;

9. SEGURANÇA PÚBLICA

O tema da segurança pública é muito sensível ao nosso povo. Nesse sentido, este projeto busca desenvolver ações de segurança com foco na prevenção, por meio do fortalecimento de uma rede de proteção social, das condições urbanísticas propícias, da humanização as ações dos órgãos parceiros na gestão da segurança e da mobilização da comunidade na construção de uma cultura da paz.

Abaixo, destacamos nossas principais propostas para a segurança pública:

- Fortalecer e ampliar políticas de atenção e prevenção às drogas;
- Estabelecer parceria com o Conselho Tutelar para a solução de conflitos envolvendo a juventude;
- Fortalecimento de políticas de apoio à mulher e à criança vítimas de violência, com aconselhamento psicológico, assistência jurídica e assistente social;
- Pleitear, junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a elevação da categoria de comarca local;
- Fortalecer o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- Regulamentação e implantação de Guarda Municipal, conforme o previsto no artigo 57 da Lei Orgânica Municipal;
- Fortalecer o Conselho Comunitário de Segurança Pública;

- Buscar, em parceria com o Governo de Estado, a implantação da Ronda Escolar.

10. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pensar na qualidade de vida da nossa gente é a essência do nosso projeto. Nesse sentido, nossa gestão deve dar atenção especial às juventudes, às pessoas idosas, às pessoas com deficiência, à população LGBTQ+ , às políticas para mulheres e as políticas de igualdade racial, de modo a garantir direitos básicos dessas populações. A título de destaque, em Morro do Chapéu, estima-se que temos uma população de 4.000 pessoas idosas – significando 11% da população total do município, e esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas. Ainda, cerca 25% da população do nosso município pertence à faixa etária da juventude – o que corresponde a dizer que, a cada quatro pessoas do nosso município, uma é jovem.

Portanto, pensar o Desenvolvimento Social é, especialmente, pensar a inclusão de grupos sociais que historicamente sofreram com processos de invisibilidade, com direitos e garantias básicas negadas e/ou retiradas. A seguir, destacam-se as principais propostas de governo:

Juventude

- Criação e manutenção do Conselho, Fundo, Plano e Política Municipal de Juventude;
- Ampliação das vagas nos demais conselhos municipais com a criação de cadeiras específicas para o segmento jovem;
- Instituir uma política de cuidado com a saúde emocional da juventude, com apoio de psicólogos e psicopedagogos, para atender às necessidades dos jovens nas escolas;
- Fortalecimento das organizações juvenis municipais, em especial, grêmios estudantis;

- Criação de projeto para que os jovens possam experimentar a prática política através da simulação de ser um gestor municipal, a partir de um concurso nas escolas municipais;
- Aprimoramento dos programas de permanência estudantil da juventude morrense no ensino superior, a partir da construção de uma Política Municipal de Permanência Estudantil , a fim de atender às demandas da Casa do Estudante e transporte intermunicipal de estudantes;
- Pugnar em prol do aumento da oferta de cursos técnicos profissionalizantes, tendo sempre em vista os potenciais de nosso município, para que seja garantido emprego e renda;
- Criar Escolas Culturais em parceria com o Governo do Estado;
- Fomentar a criação e estruturação de cursos preparatórios (a exemplo do Universidade para Todos) – em parcerias universidades e escolas públicas – para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), demais vestibulares e concursos;
- Garantia do transporte escolar e da educação para o jovem do campo de nosso município, de modo a reduzir a evasão escolar e garantir a aprendizagem e a formação humana e profissional;
- Pugnar em prol de uma extensão universitária para o município de Morro do Chapéu, devido ao enorme potencial apresentado;
- A partir do desenvolvimento educacional, fomentar os cursos técnicos e profissionalizantes em nosso município para garantir a formação necessária para o trabalho;
- Estímulo para que as empresas de médio e grande porte sediadas em nosso município destinem parte das vagas à juventude morrense;
- A partir do órgão governamental de desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, fomentar o empreendedorismo juvenil e suas iniciativas, de modo a promover o trabalho e a renda;

- Buscar assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça;
- Criação de uma campanha permanente contra a discriminação e as diversas formas de preconceito a ser propagada nas festas e eventos municipais;
- Inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais da rede municipal;
- Dar atenção integral à saúde, com especial ênfase ao atendimento e à prevenção dos agravos mais prevalentes nos jovens;
- Garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino;
- Promoção de campanha para reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico da juventude;
- Valorização das parcerias com instituições municipais da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas, e também sobre o impacto da gravidez planejada ou não para a juventude;
- Garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais dentro de suas realidades e em intercâmbio com as demais;
- Incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico e turístico, seja na sede ou no interior, e fortalecer as iniciativas já existentes desses

grupos de teatro, dança, filarmônicas, cavalgadas, ternos de reis, samba de roda, dentre outras;

- Propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do município de Morro do Chapéu através da inclusão desses temas no currículo escolar;
- Assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a sua cultura, em intercâmbio com as demais;
- Promover a cultura e a arte - através do teatro, música, dança, literatura e cinema, em especial - na sede e em seus bairros e no interior do município, atentando-se à descentralização dos equipamentos culturais e às particularidades de cada região;
- Incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa e também nas redes sociais de comunicação dos órgãos municipais da administração pública;
- Promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, a partir de parcerias com os governos estadual e federal;
- Promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência, em especial, dentro dos espaços geridos pelo município;
- Fomentar as práticas desportivas e de lazer da juventude da sede e do interior, considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- Monitorar a utilização dos equipamentos públicos esportivos nas diversas localidades, de modo a ter um constante diagnóstico do aproveitamento desses espaços;

- Afixação de cartazes informativos sobre o direito à reserva de vagas no transporte interestadual para os jovens de baixa renda, na forma da Lei 12.852/13, em todos os espaços da administração pública;
- Estímulo e o fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável, especialmente nas suas localidades e nos pontos turísticos do município;
- Incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente, a partir do órgão municipal de políticas para juventude;
- Dar garantias para que todos os jovens tenham direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental;
- A partir do órgão municipal de políticas para juventude, promover estudos e pesquisas para obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens, reconhecendo o papel do Conselho Municipal de Juventude nessa discussão;

Melhor Idade

- Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o transporte necessários à realização das práticas de cuidados integrados às famílias, mediante visitas, orientações e resolutividade das questões apresentadas;
- Contratação de Geriatras (especialidade médica que estuda e trata das doenças ligadas ao envelhecimento) e Gerontólogos (profissional que estuda as mudanças ocorridas no processo de envelhecimento dos ser humano nos aspectos físicos, psicológicos e biológicos);

- Promover/organizar palestras e ações que proporcione toda a assistência preventiva, protetiva e de recuperação por meio do Sistema Único de Saúde;
- Introdução/adequação dos currículos escolares com conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a combater preconceitos;
- Criação de programas de ensino destinados a idosos, com inclusão digital para idosos, ou seja, criação de cursos de informática para idosos, como processo de reintegração dos mesmos à sociedade, objetivando a autonomia, independência e qualidade de vida;
- Criação de um Centro de Convivência, oficinas de trabalho e ações no sentido de atender as necessidades básicas do idoso;
- Acessibilidade e mobilidade urbana para pessoas da melhor idade;
- Melhoramento e ampliação das academias da saúde e melhor aproveitamento do espaço público que estimule o passeio das famílias com os idosos, inclusive os portadores de deficiência;
- Criação de vias para caminhadas e pedaladas com a possibilidades de assentos para descanso e hidratação;
- Promoção de “bailes da terceira idade” visando ganhos na saúde, socialização, bem estar e autoestima;
- Garantir o cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003);

Pessoas com deficiência

- Garantir a adequação do município à legislação que trata sobre o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Fortalecer o Programa de Educação inclusiva, garantindo a presença de profissionais em Libras e Braille nas instituições de ensino;
- Estabelecer parcerias junto ao empresariado local de modo a assegurar contratação mínima de pessoas com deficiência;
- Fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

- Firmar parceria para a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae);
- Garantir assistência integral das crianças com deficiência ou com necessidades especiais de aprendizado;

População LGBTQ+

- Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação da população LGBTQ+;
- Ampliar a realização de programas que garantam ações em consonância com o Plano Nacional de combate à homofobia;

Políticas para as mulheres

- Buscar, em parceria com o Governo de Estado, a implantação da Ronda Maria da Penha;
- Interlocução com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres para a implantação do NUDEM (Núcleo de Atendimento à Mulher) em Morro do Chapéu;
- Fortalecer as ações do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS);
- Fortalecer, ampliar e organizar os arranjos da economia solidária para mulheres vítimas de violência;
- Fortalecer a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- Ampliar as políticas de prevenção à gravidez precoce e à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis;
- Ampliar as parcerias com os órgãos da segurança pública para o enfrentamento da violência contra as mulheres;

Políticas de igualdade/equidade racial

- Criar o Conselho Municipal de Igualdade Racial;
- Realização campanha, junto Servidores Públicos, no combate ao racismo institucional;
- Incentivar e apoiar as manifestações culturais da população negra;

- Desenvolver políticas de combate à intolerância religiosa;
- Garantir a execução integral da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Buscar estratégias intersetoriais para combater o extermínio de Juventude Negra;
- Criação de instrumentos para o acesso à Justiça para a população negra;
- Criar a Diretoria de Enfrentamento à Desigualdade Social

11. INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Seguindo o disposto no texto constitucional, a Lei Orgânica do Município de Morro do Chapéu estabelece como objetivo fundamental do município “garantir o desenvolvimento em todo o território, sem privilégios de distritos, bairros ou vilas, promovendo o bem-estar de todos os munícipes indistintamente”. Em seguida, em outro artigo, o mesmo diploma legal prevê que a política de desenvolvimento urbano objetivará “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos” a fim de “garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Pensando a partir dessas diretrizes traçadas pela legislação municipal, apresentamos as seguintes propostas para o segmento *infraestrutura e desenvolvimento urbano*:

- Revitalização das praças e jardins;
- Reforma do mercado municipal e revitalização da feira livre;
- Sinalização das ruas e estradas no município;
- Sinalização do trânsito e delimitação de áreas de estacionamento na cidade;
- Manutenção das estradas vicinais;
- Buscar parcerias com o Governo do Estado para a construção do Anel Viário de Morro do Chapéu, a fim de desafogar o trânsito de veículos pesados dentro da cidade;

- Buscar parcerias para implantação de usinas de asfalto no município;
- Aprimoramento da frota de veículos leves e pesados;
- Revitalização da avenida Joel Modesto, a partir de estudos de viabilidade técnica e financeira;
- Instituir o Conselho Municipal da Cidade de Morro do Chapéu, em acordo com o artigo 77 do Plano Diretor Participativo do Município de Morro do Chapéu;
- Construir o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Fortalecer os empreendimentos solidários voltados para a coleta seletiva;
- Implementar no município a Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo acessibilidade em todos os equipamentos públicos do município, com adequação de ruas, calçadas e prédios públicos e privados;
- Promover a realização de Audiências Públicas sobre Desenvolvimento Urbano Municipal, encaminhando lei complementar para regulamentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU);
- Ampliar o Programa de Saneamento Básico e Esgotamento Sanitário;
- Construção de Plano Municipal de Recursos Hídricos, com preservação e revitalização de nascentes, limpeza de aguadas, barramento de águas, dentre outras ações;
- Buscar parcerias com os comitês das Bacias do São Francisco e Paraguaçu, para fortalecimento de programas municipais de uso da água;
- Estabelecer parcerias para universalização do acesso à água;
- Promover a construção, recuperação e iluminação de quadras poliesportivas;
- Reestruturação e fortalecimento do Conselho Municipal de Habitação;
- Inserir na previsão orçamentária do ano de 2022 o Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (FHIS), em acordo com a Lei 846/2008.

12. GESTÃO PARTICIPATIVA E SERVIÇO PÚBLICO

Entendemos que o servidor público é o grande braço forte para o desenvolvimento da nossa gestão. Ao longo da história, percebemos o quanto estes profissionais foram desvalorizados e esquecidos. Este projeto acredita que o sucesso tem como grande aliado o reconhecimento do funcionalismo público, o que nos permitirá uma relação de valorização e conseqüentemente qualidade no serviço oferecido. O sucesso da gestão pública depende do respeito e garantias dos direitos básicos dos servidores públicos para que seja possível a oferta de um serviço de qualidade, com bons resultados para a gestão e, principalmente, para a população.

A gestão participativa deverá ser uma marca do nosso governo. Buscando atender às demandas do serviço público municipal, garantindo uma gestão efetivamente participativa, apresentamos algumas das nossas propostas.

- Mover esforços para promover uma reforma na Legislação Municipal, a partir de constante diálogo com o Poder Legislativo, a fim de modernizar e adequar o arcabouço legal municipal em vigor às necessidades presentes;
- Realizar auditoria nas contas públicas, com encaminhamento aos órgãos de controle externo, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Substituir o Regime Jurídico Único (Lei municipal 471/93) pelo Estatuto do Servidor Público, que será construído, coletivamente, com a participação de todas as categorias do serviço público;
- Realizar capacitação para todos os servidores em atividade;
- Realizar estudos de impacto financeiro, com vistas a garantir gradativamente, corrigindo defasagens, o reajuste salarial dos servidores;
- Promover a realização de atividades que garantam a saúde do servidor público;
- Estabelecer a interlocução do diálogo permanente entre gestão e sindicato;
- Cumprir o pagamento do terço de férias do funcionalismo público no prazo legal;
- Garantir o orçamento participativo;

- Garantir a informatização do RH (Recursos Humanos) da prefeitura possibilitando o acesso via internet de processos dos servidores;
- Garantir a aplicação da legislação existente para o bom funcionamento da Controladoria Geral do Município;
- Fortalecer os Conselhos Municipais;
- Ampliar e modernizar as comissões de licitação visando o estímulo à participação dos empresários locais na oferta de produtos e serviços para a gestão pública;
- Garantia de ocupação de vagas no quadro funcional via processo seletivo e/ou concurso público;
- Criar comissão de diálogo e negociação com os sindicatos;

13. NOSSO COMPROMISSO COM MORRO DO CHAPÉU

Quase cinquenta páginas estão presentes neste documento que carrega o real sentido de nosso projeto: o da construção popular e coletiva para o desenvolvimento de Morro do Chapéu. Desde quando nascemos e andamos pelas ruas e estradas de nosso município, ocupamos um espaço e o enchemos de nossos sonhos e anseios, formulamos planos e projetos para as nossas vidas, nossas famílias e nossas localidades.

Nossas propostas aqui construídas são de esperança do verbo esperar, como bem defende Paulo Freire:

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é

levar adiante, **esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...**” (grifo nosso). (FREIRE,1992)¹⁰.

Se nos perguntarem qual o nosso sonho, responderemos coletivamente: é governar Morro do Chapéu para fazer desta terra um lugar melhor para todos nós. É esse o nosso compromisso com nossa terra e, por isso, colocamos os nossos nomes neste processo eleitoral para escrever e desenhar um cenário diferente do que temos vivido. Temos nas mãos as marcas da nossa história! Temos em nossa história as marcas de gestões que não deram certo para o povo.

Devemos ter em nossos corpos, vozes e pensamentos a energia de que o nosso município merece mais! Acreditar no invisível aos olhos, no inaudível aos ensurdecidos pela conveniência. Acreditar em nosso povo! Tem gente querendo, vamos ao encontro de todos e todas!

É o nosso compromisso com Morro do Chapéu! **Afinal, AGORA É A VEZ DO POVO!**

Morro do Chapéu, setembro de 2020.

10 FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.